



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### ATA DE REUNIÃO

#### **CONSELHO BRASIL - OCDE 6ª Reunião do Comitê Gestor 08.05.2020**

Aos oito dias do mês de maio de 2020, às 15h30min, por meio de videoconferência, realizou-se a 6ª Reunião do Comitê Gestor do Conselho Brasil – OCDE, sob a coordenação do Secretário Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República, Marcelo Barros Gomes. Com a presença dos membros deste Comitê Gestor junto ao Conselho Brasil – OCDE, os senhores Embaixador Norberto Moretti, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores; Ministro André Odenbreit Carvalho, Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores; Marcelo Pacheco dos Guarany, Secretário-Executivo, Ministério da Economia; Yana Dumaresq Sobral Alves, Secretária Especial Adjunta do Ministério da Economia; Iury Revoredo Ribeiro, Secretário Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo; Eduardo Aggio de Sá, Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República e Daniela Ferreira Marques, Assessora Especial, da Subchefia de Assuntos Jurídicos, da Secretaria Geral da Presidência da República, estiveram presentes todos os integrantes do Comitê Gestor, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 9.920/2019. Como convidados a compor a mesa, participaram da reunião os senhores Ministro José Eduardo Bernardo dos Santos, Chefe da Divisão de Organizações Econômicas, Ministério das Relações Exteriores; Secretário João Marcelo Conte Cornetet, da Divisão de Organizações Econômicas, do Ministério das Relações Exteriores; Pedro de Abreu e Lima Florencio, Secretário Adjunto de Relacionamento Externo, Casa Civil da Presidência da República; Danielle Ayres Delduque, Assessora Especial, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República; Rita de Cassia Leal Fonseca dos Santos, Assessora Especial, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República; Orlando Cesar de Souza Lima, Assessor, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República; Kelvia Frota de Albuquerque, Diretora, Secretaria Executiva do Ministério da Economia; Gustavo de Paula e Oliveira, Assessor Especial, do Ministério da Economia; Rodrigo de Oliveira Godinho, Assessor Especial, do Ministério da Economia; Marco Aurélio dos Santos Rocha, Subsecretário de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica, da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais, do Ministério da Economia; Fernanda Menezes Pereira, Coordenadora-Geral de Cooperação Econômica Internacional, da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais, do Ministério da Economia; Paula Roberta de Moraes Baratella, Assessora Especial, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Como representante da Secretaria Executiva deste colegiado a senhora Daniela Oliveira Rodrigues, Assessora Técnica, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República.

Iniciados os trabalhos, o coordenador concedeu a palavra para a representante da Secretaria Executiva do Conselho Brasil OCDE, que procedeu à leitura de relatório atualizado sobre as iniciativas em andamento, referentes às deliberações acordadas por este Comitê Gestor, o qual segue anexo à presente Ata de Reunião.

Encerradas a apresentação e as discussões, os membros do Comitê Gestor passaram às deliberações da pauta ordinária nos seguintes termos:

1. Requerimento apresentado ao Secretário Especial de Relacionamento Externo, Marcelo Barros Gomes, pelo Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Olavo Lins Romano Pereira, para a criação do posto de adido do Banco Central do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas sediadas em Paris.

Os membros do Comitê Gestor decidiram, por unanimidade, manter a deliberação adotada em sua 1ª Reunião, ocorrida em 4 de outubro de 2019, de acordo com a qual resta suspensa a análise de requerimentos visando ao estabelecimento de adidâncias junto à Embaixada do Brasil em Paris, orientadas ao acompanhamento do trabalho da OCDE, até que seja realizada avaliação estratégica sobre a oportunidade e conveniência de tais adidâncias para os interesses do Estado brasileiro.

Nesse sentido, deliberou-se pela criação de grupo de trabalho no âmbito deste Comitê Gestor voltado à análise do mérito dessa questão, composto por representantes dos órgãos que integram o Conselho Brasil - OCDE.

2. Estabelecimento de diálogos temáticos com a OCDE (procedimentos e prioridades):

Os membros do Comitê Gestor decidiram, por unanimidade, proceder à elaboração conjunta de estratégia voltada para a estruturação de diálogos temáticos com a OCDE, que terá como foco as diretrizes estabelecidas por este Comitê Gestor em sua primeira reunião, realizada em 4 de outubro de 2019, no seguintes termos: temas tratados pelas instâncias da OCDE em que o Brasil apresenta atuação mais marcante, seja em razão do "status" de participante ou de associado, seja por interesse brasileiro de elevar seu "status" de participação; temas tratados em instrumentos da OCDE a que o Brasil tem interesse em aderir; e temas de particular sensibilidade política nas relações Brasil-OCDE.

3. Análise da proposta encaminhada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) de mudança de "status" do Brasil para membro pleno da Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável.

Os membros do Comitê Gestor decidiram, por unanimidade, aprovar a proposta de mudança de "status" do Brasil para membro pleno da Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, após parecer apresentado pela Secretaria de Governo da Presidência da República.

Sobre o assunto, representante da Secretaria Geral da Presidência da República consultou este Comitê Gestor sobre quais seriam os custos da elevação do "status" brasileiro no foro. Em resposta, representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Governo da Presidência da República, esclareceram que a elevação do "status" do Brasil para membro pleno da Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável (Iniciativa "TOSSD" no âmbito do Comitê de Desenvolvimento da OCDE) não redundava em custo adicional para a União Federal, para além dos já incorridos no envio de representantes brasileiros às reuniões técnicas do foro.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Daniela Oliveira Rodrigues, Assessora Técnica da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República lavrei a presente Ata de Reunião, que, submetida e aprovada, vai por todos assinada.

Brasília, 18 de maio de 2020.

<b>MARCELO BARROS GOMES</b>
Casa Civil Secretário Especial de Relacionamento Externo

<b>NORBERTO MORETTI</b>	<b>ANDRÉ ODENBREIT</b>
Ministério das Relações Exteriores Embaixador – Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômico	Ministério das Relações Exteriores Ministro – Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais

<b>MARCELO PACHECO DOS GUARANY</b>	<b>YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES</b>
Ministério da Economia Secretário Executivo	Ministério da Economia Secretária Especial Adjunta de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

<b>EDUARDO AGGIO DE SA</b>	<b>DANIELA FERREIRA MARQUES</b>
Secretaria Geral da Presidência da República Assessor Especial	Secretaria Geral da Presidência da República - Subchefia de Assuntos Jurídicos Assessora Especial

<b>IURY REVOREDO RIBEIRO</b>
Secretaria de Governo da Presidência da República Secretário Especial de Articulação Social

### ANEXO I – 6ª Reunião do Comitê Gestor

#### Atualização sobre iniciativas em andamento e deliberações anteriores do Comitê Gestor

##### *Do Ministério das Relações Exteriores:*

1. **Adesão do Brasil como membro observador do Fórum Internacional de Transportes (ITF), a requerimento do Ministério da Infraestrutura:** O Brasil formalizou pedido de adesão como observador do ITF. O Secretariado Geral do Fórum enviou carta dizendo que a reunião foi

cancelada e que será informada nova data.

2. **Elevação do "status" do Brasil no âmbito do Comitê de Políticas do Consumidor (CCP) a "participante", a requerimento da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (SENACON/MJSP):** O pedido foi apresentado ao Secretariado e o tema será levado à discussão do "bureau" do Comitê, antes de ser submetido aos demais membros.
3. **Adesão do Brasil aos instrumentos listados abaixo, conforme requerimento apresentado pela SENACON/MJSP**
  - *Recommendation of the Council on Consumer Protection in the field of Consumer Credit* (OECD/LEGAL/0453 – SENACON e Banco Central)
  - *Recommendation of the Council on Consumer Dispute Resolution and Redress* (C(2007)74 - SENACON)
  - *Recommendation of the Council concerning Guidelines for Protecting Consumers from Fraudulent and Deceptive Commercial Practices across Borders* (C (2003)116 - SENACON)
  - *Recommendation of the Council on Consumer Policy Decision Making* (C(2014)30 - SENACON).

Ainda não foi apresentado pedido de adesão a esses instrumentos, o qual de acordo com o novo procedimento da OCDE, deverá estar acompanhado de informações sobre como a legislação, políticas e práticas brasileiras estariam alinhadas com as disposições do instrumento legal em questão.

A Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas do Itamaraty está tratando do assunto junto aos órgãos interessados, principalmente SENACON, com participação também da Casa Civil.

#### **Da Casa Civil:**

4. **Encaminhamento ao Congresso Nacional do pedido de abertura de escritório da OCDE no Brasil** (Processo SEI PR nº 00001.002128/2020-50): O processo está em andamento na SAG/CC para avaliação da EMI proposta para encaminhamento ao Congresso Nacional.
5. **Formalização da Secretaria de Governo da Presidência da República no Comitê Gestor:** A formalização da inclusão da SEGOV se deu pelo Decreto nº 10.327/2020, de 27/04/2020.
6. **Finalização, pela Casa Civil, da Política de Comunicação no prazo de 10 (dez) dias, conforme deliberado na 5ª Reunião do Comitê Gestor:** A Política de Comunicação será reavaliada junto à nova Assessoria de Comunicação da Casa Civil.
7. **Sítio eletrônico da Casa Civil/SEREX para OCDE:** Os textos e o site estão em elaboração e serão repassados para os membros do Comitê Gestor em breve.
8. **Informe sobre as reuniões bilaterais realizadas com os órgãos setoriais e "status" de análise**

das respostas dos órgãos setoriais ao OFÍCIO Nº 8/2019/AESP/SAG/CC/PR (análise dos instrumentos legais):

A SEREX se reuniu, até o momento, com sete ministérios, tendo identificado gargalos normativos e de efetividade em relação aos instrumentos afetos a cada um. Resta pendente o envio das notas de outros ministérios. Além disso, foram realizadas reuniões bilaterais entre Ministérios e Comitês da OCDE no âmbito da estratégia de aproximação e intensificação da participação do Brasil nos Comitês.

No Eixo Econômico foram realizadas reuniões com o MME, BCB, MCTIC e MINFRA. Está programada reunião com o MAPA. ME e MTur ainda não apresentaram as notas técnicas.

No Eixo Institucional foram realizadas reuniões com a CGU, MJSP. Em maio, haverá reuniões com o GSI e MPF. As notas técnicas do Ministério da Defesa foram recebidas ao final de abril e estão sendo analisadas.

No Eixo Socioambiental, foram realizadas reuniões com o MDR e o MMFDH. Está programada reunião com o MMA. Os Ministérios da Saúde e da Educação não apresentaram as notas técnicas solicitadas.

9. **"Status" das deliberações acerca do procedimento para aprovação de "peer reviews" e estudos da OCDE sobre o Brasil**, à luz do Decreto 10.109/2019, que promulgou o Acordo de Cooperação Brasil-OCDE e com base em método utilizado em estudos recentes.

Concessão do prazo de 10 (dez) dias para que a Casa Civil proceda à consolidação das contribuições apresentadas e posterior encaminhamento para os órgãos integrantes do Conselho Brasil – OCDE para análise e deliberação na 7ª Reunião do Comitê Gestor.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Barros Gomes, Secretário Especial**, em 16/12/2020, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Assessor(a) Especial**, em 16/12/2020, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IURY REVOREDO RIBEIRO, Usuário Externo**, em 15/01/2021, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro de Abreu e Lima Florêncio, Secretário Especial Adjunto Substituto**, em 11/03/2021, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PACHECO DOS GUARANYNS, Usuário Externo**, em 06/07/2021, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **norberto moretti, Usuário Externo**, em 29/07/2021, às 00:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2266590** e o código CRC **EC73E6DE** no site:

[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 00020.002096/2020-64

SEI nº 2266590



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ATA DE REUNIÃO

**CONSELHO BRASIL - OCDE**  
**6ª Reunião do Comitê Gestor**  
**08.05.2020**

Aos oito dias do mês de maio de 2020, às 15h30min, por meio de videoconferência, realizou-se a 6ª Reunião do Comitê Gestor do Conselho Brasil – OCDE, sob a coordenação do Secretário Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República, Marcelo Barros Gomes. Com a presença dos membros deste Comitê Gestor junto ao Conselho Brasil – OCDE, os senhores Embaixador Norberto Moretti, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores; Ministro André Odenbreit Carvalho, Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores; Marcelo Pacheco dos Guaranys, Secretário-Executivo, Ministério da Economia; Yana Dumaresq Sobral Alves, Secretária Especial Adjunta do Ministério da Economia; Iury Revoredo Ribeiro, Secretário Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo; Eduardo Aggio de Sá, Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República e Daniela Ferreira Marques, Assessora Especial, da Subchefia de Assuntos Jurídicos, da Secretaria Geral da Presidência da República, estiveram presentes todos os integrantes do Comitê Gestor, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 9.920/2019. Como convidados a compor a mesa, participaram da reunião os senhores Ministro José Eduardo Bernardo dos Santos, Chefe da Divisão de Organizações Econômicas, Ministério das Relações Exteriores; Secretário João Marcelo Conte Cornetet, da Divisão de Organizações Econômicas, do Ministério das Relações Exteriores; Pedro de Abreu e Lima Florencio, Secretário Adjunto de Relacionamento Externo, Casa Civil da Presidência da República; Danielle Ayres Delduque, Assessora Especial, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República; Rita de Cassia Leal Fonseca dos Santos, Assessora Especial, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República; Orlando Cesar de Souza Lima, Assessor, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República; Kélvia Frota de Albuquerque, Diretora, Secretaria Executiva do Ministério da Economia; Gustavo de Paula e Oliveira, Assessor Especial, do Ministério da Economia; Rodrigo de Oliveira Godinho, Assessor Especial, do Ministério da Economia; Marco Aurélio dos Santos Rocha, Subsecretário de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica, da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais, do Ministério da Economia; Fernanda Menezes Pereira, Coordenadora-Geral de Cooperação Econômica Internacional, da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais, do Ministério da Economia; Paula Roberta de Moraes Baratella, Assessora Especial, da Secretaria de Governo da Presidência da República. Como representante da Secretaria Executiva deste colegiado a senhora Daniela Oliveira Rodrigues, Assessora Técnica, da Secretaria Especial de Relacionamento Externo, da Casa Civil da Presidência da República.

Iniciados os trabalhos, o coordenador concedeu a palavra para a representante da Secretaria Executiva do Conselho Brasil OCDE, que procedeu à leitura de relatório atualizado sobre as iniciativas em andamento, referentes às deliberações acordadas por este Comitê Gestor, o qual segue anexo à presente Ata de Reunião.

Encerradas a apresentação e as discussões, os membros do Comitê Gestor passaram às deliberações da pauta ordinária nos seguintes termos:

1. Requerimento apresentado ao Secretário Especial de Relacionamento Externo, Marcelo Barros Gomes, pelo Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Olavo Lins Romano Pereira, para a criação do posto de adido do Banco Central do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas sediadas em Paris.

Os membros do Comitê Gestor decidiram, por unanimidade, manter a deliberação adotada em sua 1ª Reunião, ocorrida em 4 de outubro de 2019, de acordo com a qual resta suspensa a análise de requerimentos visando ao estabelecimento de adidâncias junto à Embaixada do Brasil em Paris, orientadas ao acompanhamento do trabalho da OCDE, até que seja realizada avaliação estratégica sobre a oportunidade e conveniência de tais adidâncias para os interesses do Estado brasileiro.

Nesse sentido, deliberou-se pela criação de grupo de trabalho no âmbito deste Comitê Gestor voltado à análise do mérito dessa questão, composto por representantes dos órgãos que integram o Conselho Brasil - OCDE.

2. Estabelecimento de diálogos temáticos com a OCDE (procedimentos e prioridades):

Os membros do Comitê Gestor decidiram, por unanimidade, proceder à elaboração conjunta de estratégia voltada para a estruturação de diálogos temáticos com a OCDE, que terá como foco as diretrizes estabelecidas por este Comitê Gestor em sua primeira reunião, realizada em 4 de outubro de 2019, no seguintes termos: temas tratados pelas instâncias da OCDE em que o Brasil apresenta atuação mais marcante, seja em razão do "status" de participante ou de associado, seja por interesse brasileiro de elevar seu "status" de participação; temas tratados em instrumentos da OCDE a que o Brasil tem interesse em aderir; e temas de particular sensibilidade política nas relações Brasil-OCDE.

3. Análise da proposta encaminhada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) de mudança de "status" do Brasil para membro pleno da Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável.

Os membros do Comitê Gestor decidiram, por unanimidade, aprovar a proposta de mudança de "status" do Brasil para membro pleno da Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, após parecer apresentado pela Secretaria de Governo da Presidência da República.

Sobre o assunto, representante da Secretaria Geral da Presidência da República consultou este Comitê Gestor sobre quais seriam os custos da elevação do "status" brasileiro no foro. Em resposta, representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria de Governo da Presidência da República, esclareceram que a elevação do "status" do Brasil para membro pleno da Força Tarefa Internacional de Apoio Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável (Iniciativa "TOSSD" no âmbito do Comitê de Desenvolvimento da OCDE) não redundava em custo adicional para a União Federal, para além dos já incorridos no envio de representantes brasileiros às reuniões técnicas do foro.

Nada mais havendo a tratar, o coordenador deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Daniela Oliveira Rodrigues, Assessora Técnica da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil da Presidência da República lavrei a presente Ata de Reunião, que, submetida e aprovada, vai por todos assinada.

Brasília, 18 de maio de 2020.

<b>MARCELO BARROS GOMES</b>
Casa Civil

Secretário Especial de Relacionamento  
Externo

<b>NORBERTO MORETTI</b>	<b>ANDRÉ ODENBREIT</b>
Ministério das Relações Exteriores Embaixador – Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômico	Ministério das Relações Exteriores Ministro – Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais

<b>MARCELO PACHECO DOS GUARANY</b>	<b>YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES</b>
Ministério da Economia Secretário Executivo	Ministério da Economia Secretária Especial Adjunta de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

<b>EDUARDO AGGIO DE SA</b>	<b>DANIELA FERREIRA MARQUES</b>
 Secretaria Geral da Presidência da República Assessor Especial	Secretaria Geral da Presidência da República - Subchefia de Assuntos Jurídicos Assessora Especial

<b>IURY REVOREDO RIBEIRO</b>
Secretaria de Governo da Presidência da República Secretário Especial de Articulação Social

**ANEXO I – 6ª Reunião do Comitê Gestor**

**Atualização sobre iniciativas em andamento e deliberações anteriores do Comitê Gestor**

**Do Ministério das Relações Exteriores:**

- Adesão do Brasil como membro observador do Fórum Internacional de Transportes (ITF), a requerimento do Ministério da Infraestrutura:** O Brasil formalizou pedido de adesão como observador do ITF. O Secretariado Geral do Fórum enviou carta dizendo que a reunião foi cancelada e que será informada nova data.
- Elevação do "status" do Brasil no âmbito do Comitê de Políticas do Consumidor (CCP) a "participante", a requerimento da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça**

**(SENACON/MJSP):** O pedido foi apresentado ao Secretariado e o tema será levado à discussão do "bureau" do Comitê, antes de ser submetido aos demais membros.

**3. Adesão do Brasil aos instrumentos listados abaixo, conforme requerimento apresentado pela SENACON/MJSP**

- *Recommendation of the Council on Consumer Protection in the field of Consumer Credit* (OECD/LEGAL/0453 – SENACON e Banco Central)
- *Recommendation of the Council on Consumer Dispute Resolution and Redress* (C(2007)74 - SENACON)
- *Recommendation of the Council concerning Guidelines for Protecting Consumers from Fraudulent and Deceptive Commercial Practices across Borders* (C (2003)116 - SENACON)
- *Recommendation of the Council on Consumer Policy Decision Making* (C(2014)30 - SENACON).

Ainda não foi apresentado pedido de adesão a esses instrumentos, o qual de acordo com o novo procedimento da OCDE, deverá estar acompanhado de informações sobre como a legislação, políticas e práticas brasileiras estariam alinhadas com as disposições do instrumento legal em questão.

A Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas do Itamaraty está tratando do assunto junto aos órgãos interessados, principalmente SENACON, com participação também da Casa Civil.

**Da Casa Civil:**

- 4. Encaminhamento ao Congresso Nacional do pedido de abertura de escritório da OCDE no Brasil** (Processo SEI PR nº 00001.002128/2020-50): O processo está em andamento na SAG/CC para avaliação da EMI proposta para encaminhamento ao Congresso Nacional.
- 5. Formalização da Secretaria de Governo da Presidência da República no Comitê Gestor:** A formalização da inclusão da SEGOV se deu pelo Decreto nº 10.327/2020, de 27/04/2020.
- 6. Finalização, pela Casa Civil, da Política de Comunicação no prazo de 10 (dez) dias, conforme deliberado na 5ª Reunião do Comitê Gestor:** A Política de Comunicação será reavaliada junto à nova Assessoria de Comunicação da Casa Civil.
- 7. Sítio eletrônico da Casa Civil/SEREX para OCDE:** Os textos e o site estão em elaboração e serão repassados para os membros do Comitê Gestor em breve.
- 8. Informe sobre as reuniões bilaterais realizadas com os órgãos setoriais e "status" de análise das respostas dos órgãos setoriais ao OFÍCIO Nº 8/2019/AESP/SAG/CC/PR** (análise dos instrumentos legais):

A SEREX se reuniu, até o momento, com sete ministérios, tendo identificado gargalos normativos e de efetividade em relação aos instrumentos afetos a cada um. Resta pendente o envio das notas de outros ministérios. Além disso, foram realizadas reuniões bilaterais entre Ministérios e Comitês da OCDE no âmbito da estratégia de aproximação e intensificação da participação do Brasil nos Comitês.

No Eixo Econômico foram realizadas reuniões com o MME, BCB, MCTIC e MINFRA. Está programada reunião com o MAPA. ME e MTur ainda não apresentaram as notas técnicas.

No Eixo Institucional foram realizadas reuniões com a CGU, MJSP. Em maio, haverá reuniões com o GSI e MPF. As notas técnicas do Ministério da Defesa foram recebidas ao final de abril e estão sendo analisadas.

No Eixo Socioambiental, foram realizadas reuniões com o MDR e o MMFDH. Está programada reunião com o MMA. Os Ministérios da Saúde e da Educação não apresentaram as notas técnicas solicitadas.

9. **"Status" das deliberações acerca do procedimento para aprovação de "peer reviews" e estudos da OCDE sobre o Brasil**, à luz do Decreto 10.109/2019, que promulgou o Acordo de Cooperação Brasil-OCDE e com base em método utilizado em estudos recentes.

Concessão do prazo de 10 (dez) dias para que a Casa Civil proceda à consolidação das contribuições apresentadas e posterior encaminhamento para os órgãos integrantes do Conselho Brasil – OCDE para análise e deliberação na 7ª Reunião do Comitê Gestor.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Barros Gomes, Secretário Especial**, em 16/12/2020, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Assessor(a) Especial**, em 16/12/2020, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IURY REVOREDO RIBEIRO, Usuário Externo**, em 15/01/2021, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro de Abreu e Lima Florêncio, Secretário Especial Adjunto Substituto**, em 11/03/2021, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2266590** e o código CRC **EC73E6DE** no site:

[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)